A GRAMÁTICA DA LÍNGUA FALADA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA*

Prof. Edmilson Luiz Rafael

INTRODUÇÃO:

É inegável que o estruturalismo lingüístico imprimiu à escrita uma supremacia em relação à fala, mesmo sendo ambas modalidades da mesma língua. Todo o ensino de língua portuguesa nas escolas de 1º e 2º graus tem evidentemente sido o legitimador dessa supremacia, principalmente quando acredita e tenta fazer crer que o aprendizado da oralidade é resultado do aprendizado da escrita culta padrão. Como objeto de estudo, tendo em vista tal aprendizado, a escola elegeu (e ainda mantém) a Gramática Normativa, a qual, pelas razões já bastante discutidas pelas literatura especializada, não é mecanismo suficiente para o aprendizado, nem mesmo, da língua escrita padrão.

Sabe-se, por outro lado, que cabe a qualquer falante dominar sua língua materna nas suas várias formas de manifestação. Para cumprir determinados contratos e obrigações sócio-interacionais, o falante deve saber usar eficazmente uma das formas ou modelos de fala ou de escrita, que atenda ao objetivo que queira cumprir, fazendo-se respeitar como cidadão e sujeito de seu discurso.

Desse modo, é tarefa da escola de 1º e 2º graus propiciar ao aluno o conhecimento, em termos de descrição e de produção, das diversas possibilidades de por meio da língua o sujeito falante-escritor manifestar-se. Está, então, o professor de língua portuguesa preparado para essa tarefa? Ou melhor, está o curso de Licenciatura em Letras preparando um professor com tal competência? Certamente não há condições, dentro dos limites do presente trabalho, de se apresentarem respostas para essas perguntas. No entanto, pode-se levantar algumas questões relativas à necessidade de estudo da oralidade pelo profissional de Letras.

Na tentativa de conduzir a discussão aqui proposta, este trabalho propõe que se considerem três questões: (1) a formação do professor-pesquisador; (2) a presença da Gramática do Português falado na sala de aula de graduação; (3) o estudo da relação língua falada/língua escrita pelo graduando de Letras.

1. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR-PESQUISADOR

Uma postura de professor de língua portuguesa que tratará, em sala de aula, de questões ligadas à oralidade não pode ser mais aquela de um sujeito passivo diante do objeto que estuda, considerando apenas normas gramaticais pré-

---

* Este artigo retoma, com algumas alterações, a comunicação realizada na XIV Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste - GELNE - na UFRN, de 30/10 a 01/11/1996.

estabelecidas. É imprescindível a esse novo profissional um espírito investigativo capaz de perceber que os fatos lingüísticos são mutáveis e contextuais. Logo, a imagem que se tem agora é a de um professor preocupado com a busca e a construção do conhecimento da língua. A sala de aula e o aluno de 1º e 2º graus se constituem peças importantes para essa construção do saber, uma vez que é na sala de aula que professor e alunos refletem sobre linguagem, tendo em vista compreender os fatos lingüísticos, bem como os usos que se fazem deles nas diversas situações de produção oral da língua.

Essas considerações conduzem a que se entenda um professor de língua como também um pesquisador. Para isso, faz-se necessário que durante sua formação tenha tido experiências com pesquisas sobre oralidade. E, mais que isso, tenha formado a consciência de que, como defende Moita Lopes (1991), *"a atividade de ensinar é conceptualizada como um ato de constante investigação"*, sendo professor e alunos sujeitos do processo de busca e construção do conhecimento, o que caracteriza a pesquisa de caráter interpretativista (Cf. Moita Lopes, 1994).

Não se defende aqui que o professor de língua tenha que ser necessariamente um pesquisador ativo, mas que esteja preparado para conduzir pesquisas na sala de aula, as quais possam responder ou resolver problemas apresentados pelos próprios alunos (ou pelo professor) na expressão oral e escrita.

2. A GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO NA SALA DE AULA DA GRADUAÇÃO

Sabe-se que é preocupação dos pesquisadores responsáveis pelo Projeto da Gramática do Português Falado (GPF) a construção de um material teórico que sirva como referência da descrição da língua portuguesa oral culta. Os estudos desenvolvidos até o momento (Castilho, 1991; Ilari, 1992; Castilho, 1993; Castilho e Basílio, 1996) já reúnem quatro volumes que recobrem as seguintes áreas de atuação: Fonética e Fonologia; Morfologia; Sintaxe e Organização Textual-Interativa. Como se vê, são áreas que correspondem a diferentes e complementares aspectos da descrição da organização lingüística do português oral.

É fundamental, então, que os cursos de formação de professor de língua portuguesa contemplem todos esses aspectos como conteúdos de estudo. Nesse sentido, os Cursos de Letras devem não apenas levar a GPF para a sala de aula, mas principalmente criar situações de estudo da língua portuguesa oral, tomando a GPF como referência, como ponto de partida para estudos novos. É claro que o aluno de graduação ainda não tem a experiência de um pesquisador, razão por que os estudos desenvolvidos na sala de aula podem ser pequenos exercícios de análise lingüística, capazes de fazê-lo perceber a regularidade de determinados fatos lingüísticos em diversas situações de língua oral.

A observação, por exemplo, de um trecho de um programa de debate ou de entrevista veiculado pela televisão brasileira pode servir como um produtivo exercício de investigação científica. Ao lado da leitura do material teórico da GPF e

de revistas especializadas, o aluno poderá verificar em dados autênticos de língua oral fenômenos de organização lingüístico-textual, criando, desse modo, uma consciência da realização oral de língua, com que certamente irá lidar na sua atuação em aulas de 1º e 2º graus.

3. A RELAÇÃO LÍNGUA FALADA/LÍNGUA ESCRITA

A língua, cumprindo sua função comunicativo-interacional, através das duas modalidades, fala e escrita, possibilita a existência dos mais diversos tipos de textos. O professor de língua portuguesa deve estar preparado para o tratamento dessa diversidade na sala de aula de 1º e 2º graus, mesmo porque qualquer falante, com raras exceções, já se deparou com muitos tipos de textos, e algumas vezes, já foi submetido à leitura e/ou produção de alguns deles. Cabe ao curso de formação do professor, portanto, proporcionar estudos sobre a realização, caracterização e organização dos tipos de textos orais como complementares ao estudo da escrita. Nesse sentido, desde a década de 60, tem a Lingüística contribuído bastante para o entendimento da relação fala-escrita. Do universo de conteúdo referente a essa relação, dois pontos devem ser considerados quando se trata de trabalhar esse conteúdo com o formando de Letras.

O primeiro ponto de conteúdo diz respeito às noções de formalidade/planejamento. A realização lingüística se efetiva de forma adequada a cada situação de produção. Assim, determinadas situações exigem de seus produtores maior grau de planejamento do que outras, dependendo, entre outros fatores, do grau de formalidade. Assim, a fala (do diálogo espontâneo até a conferência) é tão planejada quanto a escrita (da carta pessoal informal até a tese de doutorado). O que as diferencia são as exigências feitas por cada contexto de fala e/ou de escrita aos falantes-escritores. Desse modo, por exemplo, uma repetição de estrutura no diálogo tem valor argumentativo e atende, por vezes, uma necessidade interacional.

O segundo ponto de conteúdo diz respeito ao que a Lingüística tem chamado de contínuo entre fala e escrita (Tannen, 1985). Essa noção refere-se ao fato de todos os tipos de textos, falados e escritos, estarem dispostos de forma complementar. Ao bilhete escrito pessoal, dirigido a alguém da família, corresponde um diálogo espontâneo; à conferência corresponde um artigo acadêmico e assim por diante.

Esse conhecimento é, portanto, necessário à formação do professor de língua portuguesa, uma vez que, ao se entender sala de aula como um espaço de estudo das diversas situações de produção, ele será um dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem da língua oral e escrita. Saber fazer, por exemplo, um resumo oral (um dos tipos de textos do contínuo fala-escrita) é uma tarefa exigida ao aluno de 1º, 2º e 3º graus em muitos momentos, dentro e fora da escola. Não tendo o professor de língua o conhecimento dessas questões, não despertará para a necessidade de estudo dessas modalidades textuais em sala de aula.

Não basta que o curso de formação informe o futuro professor sobre os estudos de oralidade, mas que, além disso, trabalhe sempre na perspectiva da relação fala-escrita. Para isso, é necessário que se considerem tanto as especificidades de cada modalidade quanto as características comuns, principalmente quando se toma um mesmo ponto desse contínuo: o texto de uma palestra e um artigo acadêmico. Fala e escrita não se excluem, mas se complementam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O que se pretendeu questionar aqui, de forma geral, foi a formação do professor de língua portuguesa em um momento de intensa produção de estudos sobre a língua portuguesa falada. Mesmo sendo um tema relativamente novo, os estudos de oralidade, no Brasil, encontram-se avançados. Avanço este que não pode mais ser desconsiderado quando se trata de formar um professor de língua materna. Não se pretendeu aqui apresentar receitas, mas chamar a atenção para o fato de que as três questões colocadas se integram no sentido de criar um perfil atualizado para o professor que está sendo formado. A realidade que se vive cobra um professor capaz de estudar com seu aluno a oralidade nas escolas de 1º e 2º graus, e cabe aos cursos de formação capacitar o professor para essa tarefa. Caso contrário, a universidade continuará recebendo alunos que não têm condições sequer de montar uma exposição oral formal, como um seminário, ou fazer um relato oral de uma atividade, entre outras capacidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CASTILHO, A.T. de (org.) Gramática do Português Falado. 2 ed. Campinas: UNICAMP/ FAPESP, 1991, vol. I.

_____. (org.) Gramática do Português Falado. Campinas: UNICAMP, 1993, vol. III.

_____. e BASÍLIO, M. Gramática do Português Falado. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1996. vol. IV.

ILARI, R. (org.) Gramática do Português Falado. Campinas: UNICAMP, 1992, vol. II.

MOITA LOPES, L. P. da. e CAVALCANTI, M. C. Implementação de Pesquisa na Sala de Aula de Línguas no Contexto Brasileiro. In: Trabalhos em Lingüística Aplicada. 17:133-144, Campinas, jan/jun, 1991.

_____. Pesquisa Interpretativa em Lingüística Aplicada: A Linguagem como Condição e Solução. In: DELTA, Vol. 10. nº 2. São Paulo: EDUC, 1994.

TANNEN, D. Relative focus on involvement in oral and writen discourse. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N.; HILDYARD, A. (eds) Literary, Language and Learing. The nature and consequence of reading and writing. Cambridge: Camdridge Univ. Press, 1985.